

# Identidade e reconhecimento nos *media*

■ ISABEL FERIN CUNHA \*

## RESUMO

Este texto pretende reflectir sobre pós colonialismo a partir da visão de mundo portuguesa e das representações e imagens construídas pelos *media* nas últimas décadas. Tendo em conta os contextos da globalização e o quadro histórico da derrocada do império, discute-se a ideia de comunidade imaginada e as relações entre Nós e os Outros, ilustrada pelas relações entre Portugal e o Brasil. A exposição demarca alguns conceitos fundamentais, como identidade, identidade nacional, diferença e etnicidade, que permitem equacionar os fenómenos migratórios em Portugal e na Europa e as políticas de integração e reconhecimento.

**Palavras-chave:** Pós colonialismo português, *media*, Migrações, Relações Portugal-Brasil .

## ABSTRACT

The aim of this article is to think about pos colonialism from the Portuguese point of view. Another objective of this exposition is to think about the Other, building by the Portuguese media. It will be discussed the concept of imagined community and the relation between Us and the Other on globalization and Portuguese empire fall context. This process will be illustrated by the centenaries relations between Portugal and Brazil. Identity, National identity, Difference and Ethnicity will be useful prior concepts to approach the migration and the recognition policies.

**Key words:** Portuguese pos colonialism, Media, Migration, Portugal-Brazil relations.

\* Licenciada em história pela Faculdade de Letras de Lisboa, Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Foi professora da Escola de Comunicações e Artes (USP) e em Portugal leccionou no Curso de Comunicação Social e Cultural da Universidade Católica. Actualmente encontra-se no Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra e dedica-se ao estudo das migrações nos Media e à ficção televisiva.  
barone.ferin@netcabo.pt

O PENSAMENTO OU O movimento que se identifica como pós-colonial não é, como poderia parecer à primeira vista, o impulso que se segue ao desmoronar dos impérios coloniais europeus. Hall (2003: 56) refere que o pós-colonial não é apenas uma organização cronológica do antes e depois, mas sinaliza a passagem de um certo tipo de poder para outro, num mundo em que todos os fenômenos se interrelacionaram de forma diacrônica e sincrônica. Said (1978), que reflete sobre o pós-colonialismo no Norte de África e no Oriente, afirma que os europeus criaram um pensamento sobre o oriente onde as representações correspondem mais aos fantasmas ocidentais que ao conhecimento das vivências desses espaços territoriais. Na mesma linha deste autor estão os anteriores escritos de Memmi (1957) e Fanon (1969) ao discorrerem sobre as condições psicanalíticas da colonização e das posições assumidas pelo colonizador e o colonizado perante a situação colonial ou, ainda, os escritos de Amílcar Cabral e a poesia de Agostinho Neto, nos anos 70, sobre as suas experiências como assimilados e colonizados.

Em síntese, o pensamento pós-colonial pretende refletir de forma integrada, sobre as relações de poder que estiveram circunscritas à hegemonia do colonizador e à exploração do colonizado mas também sobre as funcionalidades, ou disfuncionalidades, geradas pelo desmoronamento dos impérios. Ao contrário dos primeiros pensadores que caracterizaram o regime colonial e imaginaram um mundo livre desta forma de dominação, o fim dos impérios europeus veio acentuar as assimetrias da distribuição de recursos e as desigualdades face à produção e usufruto dos capitais econômicos e simbólicos. O desmoronar dos impérios não trouxe a cessação da exploração dos povos colonizados mas como se constatou na América Latina, no século XIX e XX, e na Ásia e África, na segunda metade do século XX promoveu a transferência dos regimes de exploração e domínio. Estes fenômenos passaram então a ser protagonizados por forças sociais autóctones mais ou menos dependentes de interesses instalados no hemisfério norte. O reconhecimento desta situação não iliba as elites das ex-colônias das suas responsabilidades, nem tampouco atenua a visão angustiante da instabilidade política e dos inúmeros desastres econômicos, sociais e humanitários que tiveram lugar nestas últimas décadas. O fim da Guerra-Fria e a derrocada da União Soviética constituem os aspectos mais recentes desta ordem pós-colonial, cujo vazio político e simbólico foi hegemonicamente preenchido pelos Estados Unidos, tendo como resultados imediatos a integração no sistema econômico e simbólico capitalista de territórios até então fora desta área de influência.

Em escala global, e em função de contextos particulares, o estreitar das redes econômicas, simbólicas, financeiras e étnicas (Appadurai, 2003) provocou

a entrada, na agenda pública e privada, de questões relativas à complexidade relacional dos povos, às histórias de dominação e aos percursos de criação de imaginários híbridos e sincréticos (Featherstone, 1995; Canclini, 2003; Giddens, 2004; Santos, 2005). O pensamento que articula as relações entre o Nós e os Outros passa a ter, a partir das derrocadas dos impérios, uma outra dimensão. As narrativas hegemônicas, construídas a partir da «bondade do centro imperial» terão, a partir de então, de ser confrontadas com outras leituras, nomeadamente com aquelas que discutem a natureza dessa bondade e glorificam as lutas travadas na periferia contra o centro imperial. Esses olhares cruzados originam, do lado do colonizador, a discussão da sua identidade proporcionando leituras quer auto-flageladoras, quer essencialistas quer, ainda, perspectivas introspectivas em busca de reconhecimento do Nós através do Outro<sup>1</sup>. O percurso pós-colonial é composto por todas estas dimensões que se encontram presentes na literatura, nos ensaios históricos e políticos dos países coloniais mas também inclui o pensamento daqueles que ao se reconhecerem no sistema colonial como um Outro se apropriaram do que constituía a essência do Nós imperial.<sup>2</sup> De forma singular, mas também coletiva, este movimento integra os princípios que estão na origem do mito de Próspero e Caliban e recria os mecanismos intelectuais que, nesta metáfora, levam o escravo a apropriar-se das ferramentas do seu senhor, utilizando-as como alavancas libertadoras da sua servidão e instrumentos de reflexão sobre a escravidão.

Pensar o mundo na derrocada dos impérios é também discutir o nacionalismo e o papel dos meios de comunicação, nomeadamente da imprensa, na formação de «comunidades» imaginadas. Anderson (2005) considera que a invenção da nação é recente, ao contrário do que fazem crer os nacionalistas, e dá-se, na Europa no século XVIII, no momento em que os valores do Iluminismo impulsionam a laicização e a perda de legitimidade dos reinos dinásticos. A partir deste momento, o que agrega as comunidades, para além do conhecimento face-a-face, é a idéia de que partilham uma história, cultura, valores, território e fundamentos de organização administrativa (Anderson, 2005:24-27). A nação é, nesta perspectiva, uma «comunidade imaginada», simultaneamente delimitada — no espaço e no número de indivíduos— e soberana na gestão política interna e na relação que estabelece com as outras nações. A consciência desta nação, como comunidade imaginada, prende-se ao desenvolvimento das línguas de imprensa e do «capitalismo impresso», nomeadamente ao crescimento do mercado livreiro, o número de títulos de periódicos e jornais e o recrutamento de novos públicos (Anderson, 2005: 65-75). A Nação e o Estado podem não ser coincidentes mas os elementos constitutivos da consciência de nação são comuns às «quatro vagas» de Estados-Nações que hoje têm assento nas

1. Pode-se nomear dentro destas diferentes perspectivas o ensaísta Eduardo Lourenço, os autores portugueses Lídia Jorge e António Lobo Antunes, ou ainda trabalhos do historiador Valentim Alexandre e do filósofo José Gil.

2. Como exemplo, nomeia-se autores como Franz Fanon, Aimé Cesar, Albrt Memmi, Stuart Hall e Homi Bhabha.

# P

Nações Unidas: as nações européias; as nações crioulas das Américas, as nações que surgiram no final da Segunda Guerra Mundial e aquelas que emergiram no desmembramento da União Soviética.

Mattelart (1991, 1994) nas suas obras *A comunicação mundo: história das idéias e das estratégias* e *Invenção da comunicação* situa, no final do século XVIII e início do século XIX, a emergência das redes nacionais e internacionais de produção, distribuição e controle da informação e da comunicação. Estas redes teriam surgido na seqüência das revoluções liberais e republicanas que deram voz à opinião pública burguesa mas resultaram, também, dos avanços tecnológicos da altura. Segundo este autor, as redes de informação e comunicação construíram-se, em círculo, em torno dos centros de decisão, quase todos europeus e imperiais, e organizaram uma constelação de interdependências articuladas ao redor do conceito de centro e periferia. O melhor exemplo desta organização em rede situa-se na implantação das agências noticiosas européias — a francesa *Havas* foi fundada em 1835, a alemã *Wolff* em 1949 e a inglesa *Reuter* em 1851 — e da relação que estabeleceram, através de cabo, com as suas colônias ou ex-colônias. Só no início do século XX, e através das empresas fundadas por *Hearst*, os Estados Unidos iniciam uma nova reorganização do centro, tomando pouco a pouco o lugar dos países europeus na produção e controlo da informação e dos conteúdos, veiculados pelos meios de comunicação, principalmente o cinema.

Os territórios que estiveram sob dominação imperial, e constituíram as periferias das redes coloniais, forjaram as suas identidades em confronto com as identidades imperiais. Segundo Anderson (2005), este processo gerou na América Latina um fenómeno extremamente importante, a «crioulização». Por «crioulização» o autor entende os fenómenos de apropriação, não só pela elite nascida nas colônias mas também pelas populações nativas, e pelo «povo» comum, dos instrumentos que permitiam a dominação imperial tais como a língua, a cultura e os procedimentos de gestão económica e administrativa. A capacidade de recriar estes elementos e de os autonomizar como pátrias imaginadas no interior dos antigos territórios administrativos imperiais, deveu-se, em grande parte, a formas de capitalismo impresso e de divulgação de conteúdos culturais. O nacionalismo pode ou não estar associado ao Estado Nação, pode refletir ou não um movimento de elites, ou uma reação contra as elites mundiais, no entanto, é sempre um movimento que tende a preservar, ou a sedimentar, uma cultura já estruturada (Castells, 2003: 32-35).

O conceito de nação imaginada, através do capitalismo impresso, e a idéia de centro-periferia estruturam, num primeiro momento, o desenvolvimento desta exposição, a que se juntam as reflexões sobre a identidade. Este conceito

será previamente definido e em seguida contextualizado tendo em conta a identidade nacional portuguesa e as múltiplas leituras e rupturas decorrentes do fim do Império e da entrada de Portugal no espaço da Comunidade Européia. As relações entre Portugal e o Brasil serão, nesta perspectiva, enunciadas de forma ilustrativa, não só no âmbito das representações e imagens da nacionalidade como das migrações, que vieram articular e reatualizar as dimensões espaciais do centro e da periferia. Por último, e tomando como exemplo, os dados fornecidos pelas pesquisas sobre as telenovelas brasileiras da Globo exibidas em Portugal e as representações dos brasileiros nos jornais televisuais em Portugal, saliente-se o papel dos *media* e das indústrias da cultura e de conteúdo na relação entre os dois países.

### **AS IMAGINAÇÕES DA IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA: ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA**

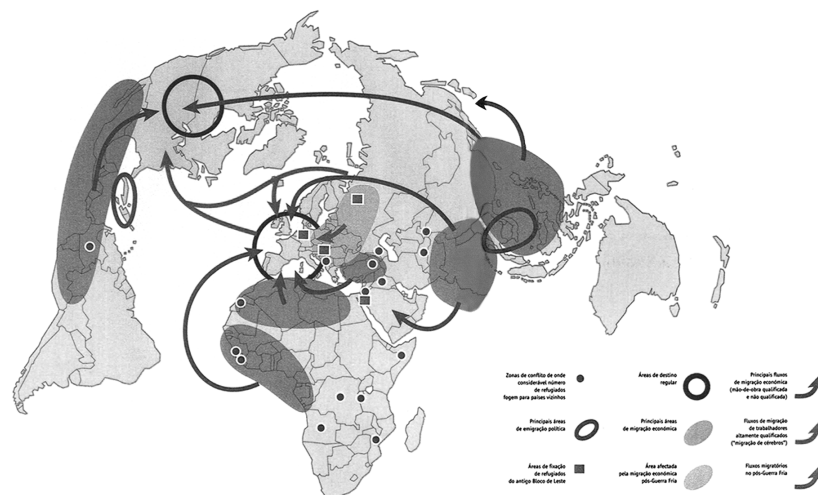
As identidades, sejam singulares, sejam plurais, são uma construção em progresso, o que quer dizer que não há identidades fixas e que o processo de construção nunca está acabado, dando constantemente origem a recontextualizações e re-particularizações, muitas vezes conflitantes e contraditórias. As identidades são sempre relacionais (Woodward, 2005) o que significa que decorrem da relação, individual ou coletiva, com o outro, traduzindo-se em indicadores de pertença muitas vezes associados à reivindicação de uma origem, território, cultura e língua comum. Estas reivindicações podem tomar características essencialistas ao atribuírem a um acontecimento do passado histórico a sua origem e as características determinantes da identidade, entendidas como imutáveis e integrantes de uma mesma origem biológica. Esta perspectiva essencialista tende a ser suportada por sistemas classificatórios e marcações simbólicas poderosos que acompanham, normalmente, a emergência de formas conservadoras e violentas de nacionalismo de que são exemplos as guerras nos Balcãs ou o surgimento dos movimentos dos *skinheads* nos países europeus.

As identidades adquiriram visibilidade com as novas formas de mundialização, conceito utilizado para designar os fenômenos complexos resultantes de processos de homogeneização, aproximação e interligação de práticas económicas, sociais e culturais (Featherstone, 2001). A discussão em torno das identidades tornou-se uma das dimensões mais prementes da globalização, na medida em que tem vindo a equacionar as condições de existência, ou sobrevivência, dos indivíduos, dos grupos, dos Estados e das nações no cenário da mundialização. Nos percursos que levaram à mundialização, as identidades adquiriram expressões renovadas, não só em decorrência das redes de interpenetração económica e simbólica como no seguimento das desterritorializações,

# P

deslocações e diásporas no interior destas mesmas redes. Todos estes fenômenos, potencializados pelos Media e pelas tecnologias de informação e comunicação, geraram processos complexos, quer de afirmação nacional quer de reivindicação étnica que visaram a inscrição dos indivíduos, e dos grupos, no mapa da globalização econômica e simbólica.

A identidade encontra-se associada a três sentidos primordiais: a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os actores sociais; a identidade de resistência criada por actores e sujeitos que se encontram em posições estigmatizantes e desvalorizadas; a identidade de projeto produzida por indivíduos ou grupos no sentido de redefinir a sua posição na sociedade (Castells, 2003: 2-12). A identidade legitimadora assegurou a construção do Estado no interior da nação e o desenvolvimento das instituições da sociedade civil, através da organização de órgãos de poder, decisão e controlo pelo Estado. A identidade de resistência originou as reivindicações comunitárias que estão na base dos movimentos sociais, das afirmações étnicas e das lutas contra as exclusões. Ela tende a valorizar as características distintivas do carácter de uma pessoa ou de um grupo, como o género, a orientação sexual ou a origem do grupo. Na terceira acepção, a identidade encontra-se intrinsecamente ligada ao sujeito, mesmo quando ele se integra numa coletividade, e fundamenta-se na capacidade desenvolvida pelos sujeitos de refletirem sobre si próprios e de imaginarem de forma ativa a sua biografia. Nesta última acepção, a imaginação ativa, alimentada pelos diversos e ininterruptos fluxos de comunicação de imagens e sentidos, experiências e movimentos humanos, adquire um papel central na constituição da identidade. (Imagem 1)



Entende-se, também, que a identidade nacional é uma construção que obriga a distinções, à busca de significados, símbolos e marcações que valorizem o valor e a singularidade, bem como a relação que se estabelece com as outras identidades nacionais. Falar da identidade nacional portuguesa é ter em conta estes elementos constitutivos, ou seja, o processo de categorização da identidade nacional que, no dizer de Mattoso (1998: 29) tem início no século XII, com a formação do Estado, passa por um processo de reafirmação nas lutas contra Castela, durante os séculos XIII e XIV, e adquire uma dimensão inequívoca com as grandes viagens intercontinentais e a formação do império no século XV. Este processo de categorização não é linear e constitui inicialmente uma construção essencialmente religiosa tornando-se, com a reconquista e a consolidação das fronteiras territoriais ibéricas, num projeto de imaginação associado a um território e a um governo dinástico soberano. No século XV — que marca o momento mais afirmativo da identidade Portuguesa por oposição a um Outro estranho e longínquo — *Os Lusíadas* de Luís de Camões, fruto das venturas e desventuras marítimas de um poeta, configura a idéia de nação em torno do «destino» e da «missão» ao atribuir a Portugal a posição de centro de um Império mundial. A interiorização da grandeza nacional e da heroicidade do povo português que *Os Lusíadas* trouxe ao imaginário colectivo alimentou, até hoje e simultaneamente, as visões nacionalistas de um passado glorioso e de uma decadência presente, tendo-se tornado esta, no dizer de muitos autores, uma constante obsessão na categorização da identidade portuguesa (Mattoso, 1998).

A identidade nacional é um tema recorrente da agenda intelectual portuguesa onde, como afirma Santos (1994:49), o peso dos estudos interpretativos de pendor mitológico refletem, e confirmam, a dificuldade das elites portuguesas em se confrontarem com a realidade do país e a marginalidade da sua existência cultural. As análises de teor psicanalítico em que a sociedade portuguesa é tratada como um indivíduo — um organismo provido de sentimentos e propensões comportamentais — são freqüentes, mesmo após a revolução de 25 de Abril de 1974. Sem recuar muitas décadas, verifica-se que o colonialismo tardio português, após a segunda Guerra Mundial, se alicerçou na designada «exceção da experiência nacional portuguesa». Esta «exceção» reafirmava a «antigüidade» da nacionalidade face às outras nacionalidades europeias e a precocidade do Estado-Nação fundado num território, numa língua e numa «raça». A II República, ou Estado Novo, que por 41 anos, de 1933 a 1974, teve como primeiro-ministro António Salazar, teve como um dos seus pilares ideológicos a revitalização de determinados valores sinalizados como constitutivos da identidade portuguesa (Dias, 1961). Esta revitalização de uma «reconstruída» identidade nacional portuguesa visou por um lado, exaltar as virtudes de um

# P

povo originariamente rural e marítimo, e por outro reafirmar as características de missão histórica que permitiram a preservação das colônias africanas e a determinação civilizadora dos povos integrantes do ultramar português. Apropriando-se dos primeiros estudos de carácter sociológico e etnográfico brasileiros, o Estado Novo, procurou vivicar a vocação colonial portuguesa e o carácter de excepção do «ser português» capaz de conciliar a administração efectiva com a assimilação «bondosa» nos espaços coloniais.

A informação e a propaganda foram utilizados pelo Estado Novo, na metrópole e nas colônias, de forma sistemática, organizada e recorrendo a organismos especialmente vocacionados para esse fim. Os cursos que formavam os administradores coloniais e os que preparavam agentes da polícia

política incluíam, nos anos sessenta, disciplinas de jornalismo, publicidade e propaganda. A rádio e as indústrias da cultura foram, também, utilizados pelo Estado Novo para consolidar a identidade imperial sobretudo através da ação do ministro António Ferro (1895-1956) quando das exposições nacionais e internacionais que antecederam a Segunda Grande Guerra Mundial. Por exemplo, na exposição Internacional de Paris em 1937 e na Exposição do Mundo Português, em 1940, o ministro empreendeu um importante trabalho de propaganda sobre a ação modernizadora de Portugal nas colônias ao mesmo tempo que divulgava o melhor que se produzia, não só no âmbito das indústrias como no campo das artes, da cultura e da ciência. Nestas exposições, e em outras ações, até meados da década de 40, os organismos oficiais do Estado Novo incentivaram o cinema nacional, o teatro e as artes performativas, muitas vezes à revelia das concepções salazaristas. Os atritos entre o ditador e o ministro a respeito da revitalização da cultura nacional imperial agudizaram-se em torno do papel da rádio (Emissora Nacional) e do cinema, em Portugal e nas colônias, dando origem à demissão do ministro António Ferro. (Imagem2)

A Igreja Católica desempenhou, igualmente, um papel decisivo na reafirmação desta identidade imperial tardia ao criar uma estrutura burocrática, apoiada pela ditadura, direccionada para as missões ultramarinas. Nesta estrutura salientam-se os estudos missionários e a imprensa missionária, bem como as periódicas campanhas públicas para angariação de fundos e captação de vocações para as missões. Por outro lado, e através das imagens que difundiram ao longo dos anos, as missões consolidaram ou recriaram muitas das imagens estereotipadas dos povos africanos.





O fim do império, anunciado pelas guerras de libertação nas colônias africanas iniciadas na década de sessenta, e a revolução de 25 de Abril de 1974, recolocaram a questão da identidade portuguesa, agora tendo como pólo relacional a Europa. Surgem inúmeras reflexões de pendor ensaístico e literário sobre a identidade portuguesa tomada como um organismo, muitas vezes «doente» e a necessitar de «tratamento psiquiátrico» (Santos, 1994). Nas suas *Onze teses por Ocasão de mais uma descoberta de Portugal*, Santos (1994, 49-67) contraria estas análises identificando-as como um exercício de construção de senso comum conservador realizado pelas elites com a finalidade de se explicarem e se reposicionarem na sociedade portuguesa. Em contrapartida, considera que o fim do império correspondeu ao fim de um longo processo de desterritorialização o qual deu origem a uma imaginação imperial e à concepção de Portugal como centro do império e periferia da Europa. A rápida reterritorialização política que se deu no período pós 25 de Abril de 1974, e o regresso de mais de meio milhão de portugueses e luso-descendentes das ex-colônias, veio reforçar as interpretações da nacionalidade portuguesa enquanto periferia da Europa. A análise, realizada por Santos, inicia um círculo de estudos que se contrapôs à tendência ensaística interpretativa da nacionalidade portuguesa propondo, em compensação, o recurso às ciências sociais.

A partir da década de 80 e 90, cresce o número de investigações que recorre a metodologias destas ciências e promove uma nova visão sobre a identidade nacional portuguesa: Portugal é um país de desenvolvimento intermédio, com indicadores de desenvolvimento que ora se aproximam da Europa mais desenvolvida ora se assemelham aos países em desenvolvimento. Na última década, os sucessivos indicadores culturais, sociais e económicos apreendidos pelas sondagens europeias atribuem aos portugueses expectativas e comportamentos cada vez mais próximos da média europeia. Esta realidade, contudo, tem estado associada ao princípio de «relações privilegiadas» com os países que falam português, que foi formalizado, em 1994, na instituição da *Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (CPLP). A criação deste organismo proporcionou, durante os primeiros anos, um certo revivalismo das elites portuguesas no sentido de imaginar Portugal como «facilitador» das relações entre a Europa e a comunidade lusófona. No entanto, nos últimos anos, em confronto com o pragmatismo dos países africanos e a emergência do Brasil como potência mundial, têm surgido novas formas de entendimento que passam pela potenciação não só das semelhanças — como a língua, redes sociais e história em comum — mas também das diferenças, nomeadamente no que toca às relações económicas, às mobilidades e estratégias regionais de globalização.

**IDENTIDADE E DIFERENÇA:  
DAS MIGRAÇÕES E DOS *MEDIA* EM PORTUGAL**

O fenômeno das migrações em Portugal é recente. Nos anos 60, do século XX, em substituição da migração de mão-de-obra para França, Alemanha e Suíça, chegaram a Portugal os primeiros cabo-verdianos. A chegada destes trabalhadores deu-se, ainda, no quadro colonial o que configurava uma mobilidade dentro do mesmo território nação e pressupunha a cidadania portuguesa dos migrantes. Embora fosse assinalada uma diferença identitária ela era percebida dentro da formação imperial onde estavam definidas as diversas posições e hierarquias de reconhecimento dos habitantes que integravam a «nação portuguesa», da metrópole às «províncias ultramarinas africanas». O ponto de viragem na construção do Outro em Portugal e do reconhecimento da diferença do Outro que se encontra entre Nós, dá-se com o regresso dos portugueses e luso-descendentes, após as independências das colônias africanas, entre os finais da década de 70 e início da década de 90. É a partir deste momento que começam a ser postas em causa as hierarquias sociais culturalmente incorporadas durante a vigência do império colonial e que tinham sido reactualizadas pelo Estado Novo. A revolução de 25 de Abril de 1974, e as independências das ex-colônias africanas, no final da década de setenta, trouxeram mais de meio milhão de pessoas para Portugal, entre ex-colonos, descendentes e aderentes de origem africana ou luso-africana, bem como ex-asilados com experiências na Europa, Brasil e Norte de África. Esta territorialização de anteriores deslocamentos e diásporas cruzadas, num território herdeiro e centro de um império que desmoronou, instaurou, pela primeira vez, dentro da «nação portuguesa», a ideia de diferença e etnicidade.

A ideia de diferença surge fundamentalmente articulada à percepção de fatores culturais distintos e a características de fenótipo. A primeira aceção emerge com os «retornados», designação atribuída aos portugueses, luso-descendentes ou habitantes das colônias que vieram para Portugal quando das independências. Os «retornados» reivindicavam o reconhecimento da sua diferença na esfera privada e pública e, em contato com os portugueses que nunca tinham saído da metrópole, valorizaram, simultaneamente, as suas experiências individuais únicas e rejeitaram o tratamento de cidadãos de segunda classe (Taylor, 1994: 46-49). Já a versão «racializada» da diferença desponta no momento em que se acentua a imigração de cidadãos das ex-colônias africanas, na década de oitenta, provocada pelas guerras fratricidas e pelos reajustes estruturais impostos nestes países pelo Banco Mundial e FMI. A percepção da diferença foi então associada à percepção do fenótipo, ou na terminologia popular à «raça», assistindo-se a uma crescente conexão entre determinadas

características físicas e certos comportamentos sociais e culturais. Para este processo, muito contribuíram as experiências militares e coloniais vividas pela população adulta portuguesa tais como a aprovação, em 1982 de uma nova lei de nacionalidade que privilegiou o «direito de sangue» em detrimento do «direito de solo» e a crescente *guetização* dos africanos e seus descendentes em bairros da periferia das grandes cidades (Pires, 2003: 126-136).

As pesquisas realizadas na década de oitenta sobre as representações mediáticas — entendidas como formas de conhecimento ou realidades mentais partilhadas por grupos dentro de uma determinada cultura — dos estrangeiros em Portugal são poucas e não referem a imigração. Nesta década, em que o sector dos *media* se encontra em fase de liberalização em Portugal e se dá a aprovação da nova lei das rádios e a concessão aos operadores privados de duas estações de televisão, o Outro, estrangeiro e ou imigrante, é ainda invisível. O primeiro e único estudo da época, que analisa notícias em diários e semanários de referência entre 1983 e 1989 (Esteves, 1991) concluiu que o diminuto número de peças existentes sobre estrangeiros configurava a sua fraca presença na agenda política e social nacional, ao contrário do que se verificava em diversos países da Europa Comunitária. O estudo realçou a utilização das expressões “cabo-verdiano” e “africano”, praticamente, como sinónimos, e identificou temas relacionados com as condições sociais e a violência, assinalando que os portugueses tendem a associar estes estrangeiros à criminalidade. Este estudo corresponde cronologicamente ao período de entrada de Portugal na Comunidade Européia (1986) mas é com a ratificação, em 1993, dos Acordos de Schengen delimitando a fronteira européia de 15 países europeus, que a «questão do Outro» chega ao espaço público mediático obrigando ao posicionamento de políticos, intelectuais e dos cidadãos em geral. Nestes debates, analisados em diferentes pesquisas (Cunha, 1997; Pires, 2003), assinala-se a recuperação de estereótipos imperiais — evocação do espírito universalista e características particulares do «ser português» — e uma progressiva etnicização das imagens do Outro. Não existindo ainda na sociedade portuguesa uma clara percepção sobre a situação de imigração, que contabilizava oficialmente 168.316 imigrantes legalizados, a diferença é etnicizada através de atributos conferidos a determinados grupos, normalmente associados a «raças». Neste contexto, os grupos étnicos surgem simplesmente como categoria descritiva e objetiva, perceptível ao observador externo, neste caso os jornalistas que, ao partilharem a realidade socialmente construída, e ao se posicionarem no interior da nação, expressam discursivamente a autenticidade da identidade nacional (Poutignat e Streff-Fenart, 1997:45)

# P

Entre 1993 e 2000, o espectro mediático português sofreu grandes alterações em decorrência da liberalização do mercado das telecomunicações e da entrada em funcionamento de dois operadores privados de televisão, a Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e a Televisão Independente (TVI) que vieram juntar-se às duas estações públicas existentes (RTP1 e RTP2). A concorrência pelas audiências e a publicidade entre os quatro canais de sinal aberto, bem como as experimentações nas grelhas de programação e a utilização de novos formatos e géneros televisivos, alteraram os padrões de cobertura noticiosa em Portugal. Em consequência, as televisões públicas e privadas criaram uma dinâmica que tendeu a privilegiar a informação espectacular, o *infotainment*, dando ênfase a matérias jornalísticas capazes de, através do apelo à emoção ou ao *pânico moral*, potenciar as audiências. As peças jornalísticas tendem a centrar-se no crime perpetrado por imigrantes,

nas *gangs* de jovens filhos de imigrantes, nos relatórios de polícia que fornecem números sobre os criminosos estrangeiros nas prisões, bem como em histórias de vida da imigração. As notícias sobre a imigração e os grupos étnicos, designados minorias étnicas, na imprensa e na televisão, adquiriram grande visibilidade não só porque o número de imigrantes, legalizados e não documentados, aumentara sensivelmente como pelo fato deste fenómeno ter entrado na agenda política europeia e portuguesa. (Imagem 3, 4)

À medida que o governo da Comunidade Europeia e os governantes dos países europeus assumem a importância política da imigração, aumenta a visibilidade da agenda mediática subordinada a este tema com ênfase na questão demográfica, no trabalho, na segurança interna e externa das fronteiras e nas políticas inclusivas. A partir do final do milénio, os países que compõem a Comunidade Europeia balancam entre uma concepção política da Europa pluricultural — suficientemente inclusiva para afirmar a cidadania europeia e suficientemente aberta para receber o Outro — e os fantasmas da «invasão bárbara», do terrorismo islâmico e da implosão cultural e religiosa (Wenden, 2005: 8-12). (Imagem 5)

Em Portugal, a partir de 2000, a imigração dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial



Portuguesa) e de outros países africanos diminuiu em comparação com a imigração do Leste da Europa e do Brasil. Em 2002 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) contabilizou cerca de 300.000 imigrantes legalizados. Os dados deste censo demonstram que as comunidades brasileira e ucraniana atingiram valores muito próximos da cabo-verdiana e que novas comunidades, como as indianas, paquistanesas e chinesas, estarão em fase de implantação. Em consonância com as políticas europeias, promoveram-se novas dinâmicas, face à imigração e aos grupos étnicos, que tiveram como resultado uma maior sensibilização dos agentes, institucionais e privados, nomeadamente no que toca ao tratamento destas temáticas nos meios de comunicação. Este período configurou-se como um período de reajustamento de políticas e fluxos, o que permitiu a legalização de imigrantes que se encontravam em situação ilegal. Em 2007, estima-se que haja cerca de 500 000 a residirem legalmente, constituindo cerca de 10% da população ativa e 6% da população a viver em território português. Assinale-se que as dificuldades económicas dos últimos anos — decorrente das alterações ao modelo de produção, das novas políticas para o trabalho e do fim do ciclo de grandes construções — têm conduzido a fenómenos de desemprego e ao aumento da precariedade dos trabalhadores em geral, principalmente dos trabalhadores imigrantes e desprovidos de documentação. Estas circunstâncias instigaram muitos imigrantes ucranianos a buscarem outros países para trabalharem e, por outro lado, fizeram com que muitos portugueses voltassem a seguir a rota da emigração. Por outro lado, as condições económicas adversas e os reajustes do mercado de trabalho têm caucionado novas formas de discriminação e exclusão, com base nas origens étnicas e aptidões frente ao trabalho e à produtividade.<sup>3</sup>

Estudos realizados, a partir de 2000, sobre as imagens dos imigrantes e dos grupos étnicos nos Media, imprensa e televisão, continuam a evidenciar a ênfase atribuída às temáticas relacionadas com o crime (máfias, extorsões, prostituição, tráfico de natureza diversa) embora sejam identificados ora como vítimas ora como criminosos (Ferin, e al., 2004; 2005). Pesquisas que se debruçam sobre as atitudes e valores dos portugueses face à imigração concluem que há uma «escala cultural cognitiva» entre os inqueridos, que os aproxima mais dos imigrantes brasileiros; faz com que reconheçam a competência profissional dos cidadãos dos países de Leste e criem desconfiança face aos cidadãos originários de países africanos (Lages e Policarpo, 2006). No entanto, convém referir que estas atitudes e comportamentos não são específicos da sociedade portuguesa. As sondagens periódicas realizadas pelo *Eurobarómetro*, que visam obter dados sobre as atitudes e percepção dos europeus face aos imigrantes e à imigração, demonstram que a hostilidade para com os imigrantes deriva não

3. Por exemplo, constata-se que muitas empresas portuguesas preferem trabalhadores originários da Europa de Leste e despedem os trabalhadores africanos e portugueses. Evocam para isso a disciplina e menor exigência dos primeiros. Confrontar o artigo de Nicolau Santos, “Tensões raciais inevitáveis: as empresas portuguesas despedem os trabalhadores de origem africana e substituem-nos por imigrantes de Leste, uma mão de obra com mais formação”, *Expresso*, 22 de Maio 2004, *Caderno Economia*, p. 3

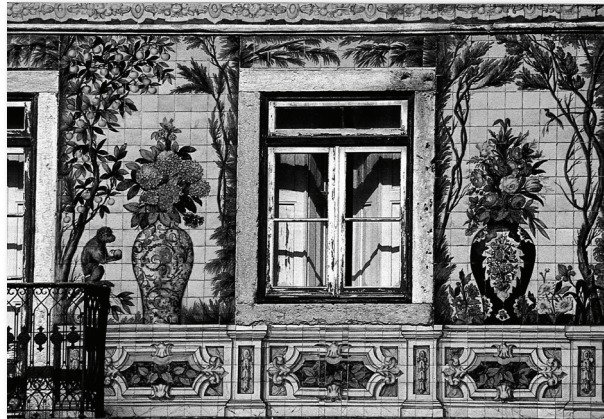
só de condições objectivas (vulnerabilidade económica, desemprego e precariedade) como de condições subjectivas, tais como as expectativas e as opções ideológicas. As mesmas sondagens apontam que os cidadãos europeus são também unânimes, apesar das particularidades de cada país, a reconhecerem que ser imigrante, e ou pertencer a outra etnia é, a partida, uma desvantagem social que cerceia o acesso ao mercado de oportunidades (Eurobarómetro Especial 263, publicado em 2007 sobre a Discriminação na União Europeia).

A transformação da Europa, e de Portugal, de território de emigração em espaço de imigração transportou para os países europeus os quadros conceptuais onde se moviam, há décadas, as pesquisas norte-americanas. Estes enquadramentos teóricos oscilaram entre a concepção da assimilação, como estágio final de um ciclo nas relações étnicas, e a concepção das distinções étnicas como fontes de mobilização colectiva. A leitura política e a adaptação destas investigações às diferentes realidades dos países europeus dependeram, num primeiro momento, da tradição colonial e das políticas de integração almejadas pelos governos. Cita-se, como exemplo, a política assimilacionista francesa e a multi-étnica inglesa ou, ainda, na Alemanha, a que atribui aos imigrantes o estatuto de trabalhadores convidados. Num segundo momento, e sobretudo a partir do início do milénio, assinalam-se as tentativas de uniformização conceptual e de práticas no sentido de garantir a vigência de uma política comum europeia para a imigração, a integração e a não discriminação. Os desafios atuais têm-se colocado no âmbito das multi e pluri culturalidades, pressupondo-se, que em democracia, o cidadão migrante pode possuir diversas identidades e desempenhar múltiplos papéis, articulando-os nos limites de uma multiculturalidade funcional. Em consequência, grande número de países europeus tem implantado políticas de igualdade estendendo os direitos civis, políticos e socioeconómicos a todos os imigrantes legalizados e com visto de permanência. Por outro lado, os mesmos países, em função das suas realidades socioeconómicas e origens culturais e religiosas das migrações, têm esboçado políticas de diferença, sublinhando que todas as pessoas devem ser reconhecidas, e não discriminadas, pelas suas identidades únicas. No mesmo sentido vão algumas medidas direccionadas aos *media*, promovendo quer a pesquisa académica, quer a integração de profissionais oriundos dos grupos imigrantes nos *media mainstream*, quer o desenvolvimento de *media* étnicos.

### **OLHARES CRUZADOS ENTRE PORTUGUESES E BRASILEIROS**

Não é objetivo deste artigo fazer uma história, em qualquer ponto que ela se situe, das relações entre o Portugal e o Brasil. Não se pretende inventariar nem discutir as teses historicistas e culturalistas de pensadores portugueses

e brasileiros que ora atribuem a Portugal um excessivo peso na formação do Brasil ora enfatizam o esquecimento das raízes culturais e a subalternidade atribuída às suas origens primeiras. O objetivo desta exposição não é, também, problematizar o apagamento de Portugal e dos portugueses no imaginário do Brasil e, comparativamente, a permanente presença do Brasil e dos brasileiros em Portugal. A intenção desta parte do trabalho situa-se no nível do mapeamento das imagens de senso comum — entendido como factor de promoção da observação crítica dos fenômenos e instigador de auto-conhecimento (Santos, 1988: 56-57) — que perpassam há mais de 500 anos as relações entre dois países. Os imaginários, simbologias e metáforas desta relação despontaram com a descrição que o cronista Pero Vaz de Caminha fez desta terra a que aportou em 1500. A partir de então não cessam de se multiplicar as condições e processos que deram forma aos imaginários coloniais portugueses, em grande parte absorvidos e consolidados pelas elites coloniais, mas também pelas literatura e história de Portugal e do Brasil. Basta recordar, como exemplo, a tensão constante que envolveu a percepção dos índios brasileiros — documentada na literatura, legislação, discursos religiosos e outras manifestações artísticas — ora como *peças boas e ingênuas*, ora como *seres malévolos e lascivos*. A mesma tensão encontra-se, tal como em outros espaços coloniais, na representação dos negros e da es-



cravatura, e na invocação da civilização e da religião para justificar a dominação do homem branco sobre o Outro. A Literatura e a História portuguesas do século XVI ao século XX, estão povoadas de imagens de «brasis e brasileiros» imaginados e de referências a múltiplas percepções, adquiridas por vivências ou por mediação. Estas representações e imagens encontram-se presentes nos escritos dos evangelizadores, nos relatórios das capitâneas, mas também, nas artes e nas letras, assim como nas reatualizações feitas na metrópole pelos «portugueses de torna-viagem». (Imagem 6)

Até ao século XIX, as elites brasileiras mantiveram uma proximidade à Cultura portuguesa, não só em função das disposições que dificultaram a autonomia cultural da colônia mas, também, devido à permanência da corte no Rio de Janeiro. No final do século XIX, com a independência, diversificam-se as influências europeias no Brasil, com especial impacto para a francesa e

# P

## Identidade e reconhecimento nos *media*

a norte-americana. Durante todo o século XX, a presença e importância de Portugal no Brasil decresceu em termos efetivos. Por outro lado, os portugueses que procuraram o Brasil na primeira metade do século, vigência do Estado Novo, eram majoritariamente camponeses, pobres e analfabetos. O Brasil que os acolheu já era muito diferente dos imaginários existentes em Portugal sobre os brasileiros. Encontraram um país em acelerado processo de urbanização e industrialização, influenciado pelos Estados Unidos, povoado por muitos imigrantes originários de várias nacionalidades que, ao chegarem, adquiriam a nacionalidade brasileira e se integravam. Os portugueses constituíam mais um dos muitos grupos e a sua origem camponesa alimentou estereótipos no Brasil onde prevaleceram as imagens de um povo trabalhador e resignado, vivendo na cidade mas mantendo a sua ruralidade, culturalmente situado no mito da herança civilizadora e no conservadorismo religioso (Paulo, 2000). (Imagem7) A ideologia Salazarista acalentou estas imagens estereotipadas que foram, maioritariamente, incorporadas pelos emigrantes portugueses, ao mesmo tempo que originaram as percepções dos brasileiros sobre os portugueses, até meados do século XX. Uma realidade que, contraditoriamente, não impede que muitos portugueses brilhem nas artes e nas letras, sendo apontados como impulsionadores de novas expressões artísticas no teatro e nos Media brasileiros (Costa, 2006).



Deve-se ainda salientar as relações entre as elites portuguesas e as brasileiras durante o início do século XX e no Estado Novo português, sobretudo, através da cultura cultivada e dos intercâmbios universitários. A participação dos portugueses na *Semana da Arte Moderna de 1922* e a apropriação que o salazarismo fez dos escritos de Gilberto Freyre, nomeadamente de *Casa Grande & Sanzala* (1933) são exemplos, insofismáveis dessa relação. A participação de António Ferro, que posteriormente irá ocupar o cargo de ministro de Salazar, no evento que celebrava cem anos de independência do Brasil, permitiu-lhe reconhecer uma outra forma de «fazer cultura» (Castro, 1986). Por outro lado, os escritos de Gilberto Freyre e o conceito de *Lusotropicalismo* abriu um espaço teórico, conceptual e ideológico de justificação do colonialismo tardio português, ao proporcionar elementos que valorizavam o «modo especial dos portugueses colonizarem» e se relacionarem com o Outro nos trópicos.

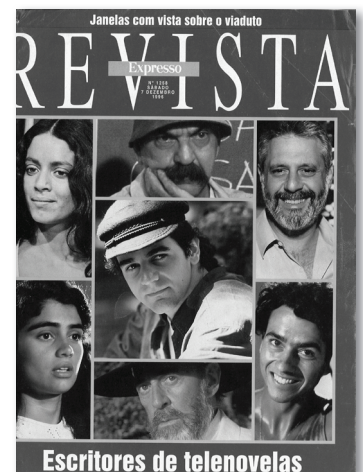
O 25 de Abril de 1974 em Portugal e o endurecimento, na mesma época, da ditadura militar no Brasil, fez com que as relações entre portugueses e brasileiros se aprofundassem, curiosamente, no domínio das indústrias culturais e da comunicação de massa. As razões podem ser encontradas no facto de



muitos exilados brasileiros terem vindo para Portugal — e eram intelectuais ligados ao ensino superior, às indústrias culturais, ao teatro (por exemplo, José Celso e Augusto Boal) e ao cinema (Glauber Rocha) — como pela abertura dos mercados portugueses a outro tipo de consumos, nomeadamente no que toca à música popular, à editoração e a conteúdos televisivos, como a telenovela.

Neste contexto, enunciam-se alguns dos dados disponíveis que permitem compreender os movimentos humanos, entre Portugal e Brasil, da história recente. Entre 1900 e 1960, mais de 57 000 portugueses chegaram ao Brasil, conforme dados do IBGE, e existem hoje, mais de 35 milhões de luso-descendentes e um milhão de pessoas com nacionalidade portuguesa. Em 1980, encontram-se em Portugal com documento de residência, cerca de 3 500 brasileiros. Em 1996 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) regista 20 000 nacionais desse país, valor que cresce para 40 000 em 2001, após o que se designou «segunda vaga de imigração» de brasileiros em Portugal. Em 2006, os brasileiros, com residência em Portugal, são cerca de 200 000, para além daqueles que se encontram em situação irregular. Se a estes números se acrescentar os movimentos que envolvem pessoas em turismo, negócios e estudos, nos dois países, teremos a dimensão exacta dos contactos humanos entre portugueses e brasileiros. Por outro lado, e dado o número de habitantes existentes em Portugal, cerca de dez milhões, consegue-se captar até que ponto a presença do Brasil se tornou visível no pequeno país que é Portugal.

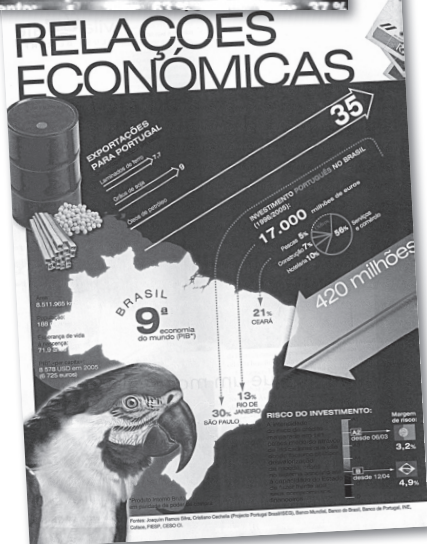
A telenovela brasileira exibida em Portugal há mais de trinta anos é, para o bem e para o mal, o produto que mais contribuiu para reactualizar os imaginários portugueses sobre o Brasil. Os estudos sobre difusão e recepção da telenovela brasileira em Portugal, apesar de não serem muitos (Costa, 1999; Ferin, 1999; Ferin, 2005; Policarpo, 2006) mostram com clareza o impacto deste produto na vida privada e pública dos portugueses. Outros estudos (Ferin, 2006; Valdigem, 2006; Filho, 2006) ao confrontarem os imigrantes brasileiros com as suas imagens veiculadas na imprensa e na televisão mostraram que a telenovela, e as apropriações que proporcionou ao longo destes anos, e continua a proporcionar, condiciona a percepção que os portugueses, homens e mulheres, têm dos imigrantes brasileiros, sobretudo das mulheres brasileiras. (Imagem 8) As mesmas pesquisas demonstram, também, que os meios de comunicação portugueses tendem a privilegiar enquadramentos subtis, onde os brasileiros estão associados a estereótipos, tais como a malandragem, para os homens, e a sensualidade e exotismo, para as mulheres. Esta situação não é particular à sociedade portuguesa mas nesta adquire traços distintos na medida em que os Media, principalmente a televisão, ao instigarem



# P

as identidades por meio de oposições binárias — o que caracteriza o português, o que caracteriza o brasileiro — tendem a sublinhar de forma exaustiva as diferenças de género. A mulher brasileira não é só um Outro relativamente ao homem, mas é um Outro relativamente à mulher portuguesa, o que lhe confere, simultaneamente, uma identidade duplamente mais próxima da natureza e da emoção e duplamente mais longínqua da razão e da cultura (Woodward, 2000: 49-55). Neste sentido as imagens da televisão, e dos Media em geral, tendem não só a reflectir uma visão masculina portuguesa dominante como a construção masculina portuguesa da mulher brasileira. A exploração desta construção enquanto estereótipo — reduzindo, concentrando, exagerando, hierarquizando e valorizando determinados atributos — constituiria uma estratégia que permitia criar fronteiras claras entre o Nós (a construção portuguesa e masculina das mulheres) e o Outro (a mulher brasileira construída), entre o que deverá ser entendido como «normal na mulher» e o que se situa para além da norma na relação entre os sexos.

Não é por acaso que as imagens mais veiculadas de mulheres brasileiras sejam as que se relacionam com a prostituição e que entre os casos mais mediatizados se contem: o «Caso das Mulheres de Bragança» que envolveu, em 2003, a expulsão, a pedido das senhoras da cidade de Bragança, de mulheres brasileiras que exerciam a actividade de prostituição; o conjunto de notícias sobre as rusgas periódicas realizadas às casas de «Alterne», casas de prostituição, no Norte do país e, mais recentemente, em 2006, o «Caso Gisberta», que decorreu do assassinato de um transexual, por jovens de um internato religioso do Porto. (Imagem9)



Em contrapartida, os brasileiros que chegaram a partir do início do milénio a Portugal vieram atraídos por uma sociedade moderna, que lhes foi «vendida» por imagens institucionais do governo e empresas portuguesas, veiculadas no Brasil por revistas ou programas de TV. Em Portugal, deparam-se com um país a duas velocidades: por um lado, um país cosmopolita e de oportunidades, por outro um país socialmente estratificado e de mercados pouco desenvolvidos.

Este confronto de imaginários, no espaço português, é um desafio para os portugueses e para os brasileiros, quer no que toca às motivações e satisfações individuais que levaram à imigração, quer no estreitamento das

relações entre os dois povos e países. (Imagem10) Outras investigações (Lages e Policarpo, 2006) mostram que os brasileiros são os imigrantes melhor acolhidos em Portugal, independentemente das situações xenófobas e discriminatórias de que são alvo (Machado, 2004). Os brasileiros constituem, ainda, um dos grupos que mais remessas de dinheiro enviam para o país de origem e, ao mesmo tempo, são aqueles que, em Portugal, mais casam e adquirem a nacionalidade. Estudos qualitativos demonstram (Ferin, 2006), igualmente, que a percepção dos imigrantes brasileiros sobre Portugal, oscila entre a desilusão e o contentamento. Para estes sentimentos contribuem não só a aquisição de um estatuto legal, mas também as expectativas económicas e as imagens cotidianamente veiculadas pelas televisões.

Em simultâneo, as políticas governamentais portuguesas para a imigração brasileira apontam para dois enquadramentos fundamentais: um enquadramento cultural e um enquadramento político. No primeiro, o governo sublinha a complexidade do fenómeno que cruza, no território português, as heranças culturais do passado e do presente, enfatizando a importância dos legados culturais afro-americanos e mediterrânico-atlânticos para a revitalização da cultura portuguesa. No segundo, ressalta-se o contributo dos cidadãos brasileiros para a economia e a demografia, assumindo-se que estes imigrantes são, na generalidade, mão-de-obra jovem, urbana, e com alguma escolaridade e especialização, habituados a mercados de trabalho concorrenciais e voláteis. O governo português destaca, ainda, o papel da imigração no reforço das relações económicas e políticas entre os dois países e das relações que por um lado Portugal pode estabelecer, através do Brasil, com América Latina e, por outro as que o Brasil pode, através de Portugal, reforçar com a Europa. Nesta perspectiva, a presidência portuguesa da Comunidade Europeia no ano de 2007/2008 tornou-se um palco providencial para a concretização destas políticas que envolvem as Cimeiras Europa-Brasil e Europa-África.

Acresce que é dentro destes enquadramentos que se pode compreender as novas estratégias de aproximação de Portugal ao Brasil, que passam a aliar economia e cultura como pré-condição de sucesso, tal como foi preconizado pelas directivas da «Estratégia de Lisboa». No entendimento destas directivas europeias, a cultura torna-se não só uma ferramenta crucial para o crescimento socio-económico dos países, como uma matéria-prima capaz de valorizar os indivíduos e as suas práticas culturais. Em simultâneo, pretende-se que estas actividades proporcionem a revitalização de outras formas de expressão com base nas novas tecnologias da informação e da comunicação. Neste «novo pacote» de imaginários situa-se o Projecto de uma televisão para os Lusófonos e as suas diásporas, apoiado por todos os países e por instituições como a UNESCO,

# P

## Identidade e reconhecimento nos *media*

o Banco Mundial e a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), no sentido de potenciar uma identidade comum dentro das identidades plurais.

Não discutindo a potencialidade de uma «localização» dentro da «globalização» a diversidade e potencialidade da matéria-prima cultural, existente nestes países, está condicionada pela existência de novas prática culturais, econômicas e tecnológicas. Entre os factores culturais sobressai a superação das práticas que reproduzem os estereótipos – presentes em demasiadas situações de comunicação interpessoal e institucional — sobre a forma de produtos e criações culturais. Em segundo lugar, está a capacidade de ultrapassar os entraves políticos, econômicos e diplomáticos que bloqueiam a criação de um *espaço regional com identidade própria nos processos de globalização* (Santos, 2005: 49). Em seguida, é necessário generalizar uma educação intercultural que permita o surgimento de espíritos empreendedores capazes de explorar os nichos de mercado geo-linguístico e cultural. Ao mesmo tempo, a intensificação dos fluxos entre universidades, laboratórios e centros de investigação portugueses, brasileiros e, porventura africanos, devem promover aprendizagens de convivência e capacidade de trabalho cooperativo entre pessoas e instituições.

Dentro desta perspectiva, destacam-se os inúmeros eventos bilaterais, em todas as áreas do conhecimento e da cultura, que mobilizam cada vez mais pessoas de ambos os países e, por vezes, mas ainda não suficientemente, de outros países de língua oficial portuguesa. Neste domínio, citam-se, ainda, as co-produções de cinema e televisão, as mostras de arte, que envolvem artistas de ambos os países, as presenças nas feiras de livros realizadas em Portugal e no Brasil. Por último, considera-se que os meios de comunicação, alternativos e *mainstream*, tanto públicos como privados, podem ter um papel crucial no aprofundamento não só das identidades plurais como nos intercâmbios cognitivos, no âmbito da informação, da cultura, da ciência e do entretenimento.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict (2005). *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- APPADURAI, Arjun (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- CANCLINI, Nestor (2003). *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras.
- CASTELLS, Manuel (2003). *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, Fernanda de (1986). *Ao fim da memória: 1906-1939*. Lisboa: Verbo.
- COSTA, Cristina (2006). *Censura em cena*. São Paulo: Editora da EDUSP.
- COSTA, Jorge Paixão da (1999). *Telenovela: uma forma de produção*. Lisboa: Edições Lusófonas.
- CUNHA, Isabel Ferin (1997). *Nós e os outros na imprensa portuguesa. Lusotopie: Lusotropicalisme*, nº 3: 435-467
- CUNHA, Isabel Ferin (1999). Um ano de CPLP na Perspectiva dos Media. *África: Rev. do Centro de Estudos Africanos da USP*, 20/22: 105-125.
- CUNHA, Isabel Ferin (2004). Da telenovela à prostituição. *Revista Media e Jornalismo*, nº 5 (4): 63-80.
- CUNHA, Isabel Ferin (2004). Telenovelas brasileiras em Portugal: indicadores de aceitação e mudança. In: Lopes, Maria Immacolata Vassalo. *Telenovela: internacionalização e interculturalidades*. São Paulo: Edições Loyola.
- CUNHA, Isabel Ferin (2006). *A Televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção*. Lisboa: Bond/Quimera.
- DIAS, Jorge (1961). Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português. In: *Ensaaios Etnológicos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- ESTEVES, Maria do Céu (1991). *Portugal, país de imigração*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- FANON, Franz (1979). *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- FEATHERSTONE, Mike (1995). *O desmanche da cultura*. São Paulo: Nobel /SESC.
- FILHO, Willy S. (2006). *Imagem do imigrante brasileiro no jornalismo televisivo português, 2004-2006*. Dissertação de Mestrado apresentada em março de 2007 ao Mestrado em Comunicação e Jornalismo da Universidade de Coimbra.
- GIDDENS, Anthony (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HALL, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO.
- LAGES, Mário e POLICARPO, Verónica (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas*. Lisboa: ACIME/FCT.
- LAGES, Mário e POLICARPO, Verónica (2003). *Atitudes e Valores Perante a Imigração*. Lisboa: ACIME.
- MACHADO, Igor Renó (2006). Imigração em Portugal. *Estudos Avançados*, 57 (20): 119-135.
- MATTELART, Armand (1991). *A comunicação mundo: história das ideias e das estratégias*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MATTELART, Armand (1994). *A invenção da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MATTOSO, José (1998). *A identidade nacional*. Lisboa : Gradiva.

# P

## Identidade e reconhecimento nos *media*

- MEMMI, Albert (1985). *Portrait du colonisé, Portrait du colonisateur*. Paris : Gallimard.
- PIRES, Rui Pena (2003). *Migrações e integração*. Oeiras: Celta.
- POLICARPO, Verónica (2006). *Viver a Telenovela: um estudo sobre a recepção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- POUTIGNAT, Philippe e STREFF-FENART, Jocelyne (1997). *Teorias da etnicidade*. São Paulo : Fundação Editora da UNESP.
- SAID, Edward (1978). *Orientalism*. New York: Pantheon.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1988). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão de Alice*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura DE SOUSA (2002). *Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade*. In: RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa. *Entre ser e estar*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005). *As oportunidades lusófonas*. Rua Larga, nº: 48-49.
- TAYLOR, Charles (1994). A política de reconhecimento. In: *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- VALDIGEM, Catarina (2006). Usos dos Media e Identidade: Brasileiras num salão de Beleza. *Revista Media e Jornalismo*, nº 8: 55-78.
- WENDEN, Catherine Wihtol de (2005). *Atlas des migrations dans le monde*. Paris : Autrement.
- WIEVIORKA, Michel (2000). *La Différence*. Paris: Ballard.
- WOODWARD, Kathryn (2005). *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz. Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes.